



**3º INTEGRAR - Congresso Internacional de Arquivos,
Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus
“PRESERVAR PARA AS FUTURAS GERAÇÕES”**

Preservação da memória institucional: o caso da faculdade de direito do Recife

**Danielle Alves de Oliveira
Ingrid Rique da Escóssia Pereira**

Eixo temático: Preservação da memória institucional

Palavras-chave: Memória. Preservação. Arquivo. FDR.

Introdução

Desde os primórdios da vida em sociedade o homem vem buscando alternativas para a preservação da memória. Neste sentido, arquivos, bibliotecas e museus vêm ganhando notoriedade por constitui-se de material relevante para a construção e ressignificação do conhecimento.

Pierre Nora (1993, p. 19) evidencia que os lugares são essenciais para a preservação da memória e só existem porque não há outros meios: “se ainda habitássemos nossa memória, não precisaríamos consagrar-lhe lugares”. Assim, o presente relato vem para apresentar e refletir a importância da preservação do Arquivo da Faculdade de Direito do Recife.

Os documentos da instituição apresentam uma ampla representatividade histórica, haja vista que são datados a partir do século XIX, e trata-se de um dos mais antigos cursos de Direito do país, marco no ensino e difusão dos saberes jurídicos no Brasil.

Relato da experiência

D. Pedro I criou em 11 de agosto de 1827, simultaneamente, dois cursos de ciências jurídicas e sociais, um na cidade de São Paulo outro na cidade de Olinda. O de Olinda deu origem a Faculdade de Direito do Recife, instalado em 1828, no Mosteiro



**3º INTEGRAR - Congresso Internacional de Arquivos,
Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus
“PRESERVAR PARA AS FUTURAS GERAÇÕES”**

de São Bento, em dependências cedidas pelos monges beneditinos. Teve sua primeira turma de bacharéis em 1832. Em 1852, o curso foi transferido para o Palácio dos Governadores, em Olinda, e em 1854, a curso novamente transferiu-se, desta vez, para a Rua do Hospício, no Recife, ocupando um velho sobrado. Em 1912, mudou-se para o prédio onde funciona atualmente.

Em 1946 a Faculdade é integrada à Universidade do Recife - UR, criada pelo Decreto-Lei nº 9.388 de 1946, juntamente com outras Faculdades e Escolas, à época: a Escola de Engenharia (1895); a Faculdade de Medicina (1927); a Escola de Belas Artes (1932); e a Faculdade de Filosofia (1941).

A partir de 1965 a Universidade recebeu o nome de Universidade Federal de Pernambuco - UFPE e a FDR passou a constituir o Centro de Ciências Jurídicas - CCJ, única unidade acadêmica instalada fora do campus universitário, havendo permanecido no prédio que desde 1912 abrigava a então Faculdade de Direito do Recife¹.

Diante das constantes mudanças da FDR o arquivo e a biblioteca sofreram grandes perdas em sua constituição. Contudo, efantizando o arquivo, objeto deste relato, algumas atividades vem sendo desenvolvidas para minimizar os danos, mas, sobretudo, transformar o Arquivo histórico da instituição, em um lugar de memória.

Murguia (2010, p. 8) enuncia que “toda memória, oficial ou não, precisa de um enquadramento, de uma organização para que possa vir a ser um elemento importante na formação das identidades”. Deste modo, buscando compreender a produção documental e estabelecer uma organização que contemple os princípios básicos da Arquivologia, uma série de atividades para preservação da memória institucional vem sendo realizada.

Até meados de 2014, o Arquivo estava localizado em salas abandonadas, sem qualquer política de preservação. Contudo, no mês de agosto do ano citado, foram inauguradas instalações próprias para o Arquivo e a Hemeroteca da

¹ O termo Faculdade de Direito de Recife é utilizado por questões históricas, uma vez que hoje constitui o CCJ-UFPE.



**3º INTEGRAR - Congresso Internacional de Arquivos,
Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus
“PRESERVAR PARA AS FUTURAS GERAÇÕES”**

instituição, promovendo assim, perspectivas para o tratamento, organização e disponibilização do acervo. O espaço reservado para o Arquivo possui, aproximadamente, 140m². Nessas dimensões, há uma sala reservada à administração, um laboratório (ainda sem funcionamento), espaço para pesquisador e um salão amplo, onde ficam os arquivos deslizantes e o acervo tratado. Todo ambiente é climatizado e com controle de luminosidade.

Iniciando-se o processo de identificação, foram encontradas certidões de idade, livros de matrícula, dossiês de aluno, registros de cartas de bacharéis e doutores, correspondências diversas, regimentos internos, boletins oficiais, provas, dentre outros. Os documentos encontrados apresentam informações valiosas para entender o sistema educativo no Brasil monárquico e republicano, mas, sobretudo, por transbordar informações sobre as relações socioculturais dos últimos séculos.

Após a identificação preliminar, fizemos a escolha das prioridades e iniciamos o procedimento de higienização, descrição, acondicionamento e arquivamento. Concomitante a esse processo, estamos estabelecendo políticas de preservação e acesso, para atender os inúmeros pesquisadores que buscam o acervo.

Temos ciência que ainda há muito a ser feito, contudo, os primeiros passos começam a ser executados no sentido de tornar o Arquivo da FDR um espaço de referência no que tange a preservação da memória institucional.

Considerações finais

Conforme fora citado, o acervo guarda documentos únicos e indispensáveis para a ressignificação da memória coletiva, uma vez que as atividades da Faculdade marcaram o processo de formação da elite intelectual brasileira. A partir da criação do curso jurídico em Olinda a educação estava mais próxima dos brasileiros, apesar do alto investimento, que acabava por selecionar o público que teria direito a frequentar curso superior. Porém, mais do que formar advogados a FDR se constituiu como um importante espaço para a circulação de ideias e revoltas que



**3º INTEGRAR - Congresso Internacional de Arquivos,
Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus
“PRESERVAR PARA AS FUTURAS GERAÇÕES”**

marcaram o século XIX e XX. A organização e disponibilização do acervo é mais do que uma necessidade, é um dever social.

Referências

MURGUIA, Eduardo Ismael (Org.). **Memória**: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus. São Carlos, SP: Compacta Gráfica e Editora, 2010.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

Informações das autoras

Danielle Alves de Oliveira

Arquivista da Faculdade de Direito do Recife-UFPE e Professora do Departamento de Ciência da Informação da UFPE.

Email: prof.danielle.alves@gmail.com

Ingrid Rique da Escóssia Pereira

Técnica em Arquivo da Faculdade de Direito do Recife-UFPE.

Email: ingrid.rique@gmail.com

